



Desigualdade social e o (in)sucesso dos alunos nas disciplinas de Física: Como equacionar esse problema?

Paulo Lima Junior*

Instituto de Física, UFRGS, RS, Brasil.

O presente trabalho traz uma análise da relação existente entre as desigualdades sociais e as trajetórias escolares. A intensa pesquisa documental e bibliográfica indicou que os fatores econômicos nem sempre são determinantes para os acontecimentos escolares. E ainda, há fortes indícios que a unificação e a facilitação da avaliação não são instrumentos eficazes na redução da desigualdade social.

Keywords: Desigualdade social.

I. INTRODUÇÃO

Desde de meados do século XX, época em que a educação passou a ser considerada um direito universal em vários países, a relação entre desigualdades sociais e trajetórias escolares tornou-se um tema cada vez mais importante tanto na pesquisa quanto na política educacional. No Brasil, podemos dizer que a educação básica sofreu diversas transformações ao longo das últimas cinco décadas. Um resultado importante dessas transformações foi a emergência de um novo público para o ensino superior, constituído por filhos de uma fração relativamente mais pobre e menos escolarizada da classe trabalhadora. Os pais desse novo público não são engenheiros, nem médicos, nem advogados. A rigor, jamais foram à universidade e, eventualmente, têm grande satisfação de verem seus filhos chegando "mais longe" que eles mesmos. Podemos reconhecer que o fato de um número maior de cidadãos de origem social menos abastada estar chegando ao ensino superior é, sem dúvida, uma conquista importante na história da educação brasileira. Contudo, analisando esse quadro com mais cuidado, perceberemos que ter ingressado em uma universidade onde predominam os filhos das elites (cultural e econômica) nem sempre significa competir "de igual para igual" com essas elites.

Neste breve texto, partimos da tradição de investigação de Pierre Bourdieu com o propósito de enumerar algumas estratégias utilizadas por famílias que podem ser consideradas boas investidoras no mercado escolar. Essas estratégias permitem perceber os alunos como agentes ativos na construção de suas trajetórias escolares e a relação das trajetórias escolares com a origem social. Ao final, fazemos algumas considerações críticas sobre a meritocra-

cia e algumas políticas educacionais com impacto sobre os cursos de graduação em Física.

II. O ALUNO COMO INVESTIDOR NO MERCADO ESCOLAR

Em primeiro lugar, considerar a escola um mercado escolar significar reconhecer que, por mais que muitos de nós estudem "por prazer", existem privilégios objetivos (sobretudo profissionais) que tendem a ser conquistados pelos mais bem sucedidos na empresa escolar. As famílias dos alunos mais pobres (ditos ignorantes e desinteressados), enquanto investidoras no mercado escolar, trabalham como agentes ativos nas trajetórias escolares de seus filhos. Se as famílias mais pobres parecem investir menos em escolarização, isso se deve ao fato de que, para elas, a escola rapidamente deixa de ser o investimento mais vantajoso. Para a escola, os "melhores" alunos não são os muito ricos, que, herdeiros dos investimentos dos seus pais, não precisam realmente da escola para garantir seus privilégios. Também não são preferidos os alunos que, muito pobres, deixam os estudos em segundo plano em vista de investimentos de retorno financeiro mais imediato. Na perspectiva da escola, os alunos mais pobres parecem não ter a disposição necessária para suportar as demoras e incertezas do investimento no mercado escolar. Na verdade, não são preguiçosos, nem imediatistas nem pessoas sem visão. Os filhos das famílias de classe popular são pessoas orientadas por um sistema de disposições práticas razoavelmente relacionado a sua posição social. Eles não disputam em igualdade de oportunidades com seus pares da classe média por diversas razões. Em parte, essas razões podem ser compreendidas, observando as estratégias de investimento das famílias ditas emergentes no mercado escolar [1].

* paulolima@if.ufrgs.br

A. Malthusianismo: Controle de natalidade

O número de filhos por casal é um dos indicadores sociais mais consagrados pela pesquisa demográfica. Em diversos países, observa-se que famílias de classe popular têm um número expressivamente maior de filhos. Nossa perspectiva pequeno-burguesa pode nos levar a condenar essa prática como se fosse desleixo e descuido das famílias mais pobres ("é um horror como pobres se multiplicam como coelhos!"). Infelizmente, muitas iniciativas de educação sexual (sobretudo as que visam os jovens de periferia) seguem o viés de que a elevada taxa de reprodução das classes populares é uma questão de falta de informação sobre o uso de métodos contraceptivos, uma questão de ignorância mesmo. No entanto, levando em consideração o futuro que uma família pobre e não escolarizada pode esperar de seus filhos, o custo desse futuro para essa família e a possibilidade de seus filhos entrarem cedo no mercado de trabalho, precisamos reconhecer que ter mais filhos é, para famílias de classe popular, um investimento bem ajustado à sua condição. Ter mais filhos pode ser mesmo, para essas famílias, a estratégia mais vantajosa. Por outro lado, é especificamente para as famílias de classe média, que vivem entre o sonho de ser elite e o medo de tornar-se classe popular, que a redução do número de filhos pode funcionar como uma estratégia (consciente ou não) em que os poucos recursos financeiros e culturais disponíveis são concentrados em poucos filhos, aumentando suas chances de sucesso escolar e profissional. Como bons pequeno-burgueses que somos, eventualmente olhamos para o valor da mensalidade dos colégios particulares mais caros da cidade e, em seguida, considerando o nosso salário, calculamos o número de filhos que podemos ter. É nesse momento que temos maior oportunidade de tomar consciência de que visar um número reduzido de filhos é uma estratégia importante de acumulação e reprodução praticada pelas classes médias. Evidentemente, ter poucos irmãos não conduz automaticamente a um futuro escolar brilhante. Há diversas razões espúrias que influenciam as famílias a ter mais ou menos filhos (saúde e idade dos pais, por exemplo). No entanto, se identificarmos em uma população de sujeitos aqueles que têm poucos irmãos, será mais provavelmente entre eles que encontraremos famílias orientadas a investir mais agressivamente no mercado escolar.

B. Ascetismo: Adiando a satisfação

Ascetas são pessoas que valorizam viver privações hoje visando uma satisfação futura maior. Fazer jejum para se desenvolver no sentido de "ganhar a vida eterna" é um tipo exemplar de prática ascético-religiosa que deixa claro o sentido e a ironia do ascetismo escolar. Investir no mercado escolar exige abrir mão de muitas coisas. É em vista do ascetismo que os investidores escolares mais agressivos suportam seus filhos financeiramente até a conclusão da graduação (ou da pós-graduação). Não

ter trabalhado durante os estudos pode representar uma vantagem expressiva no que diz respeito à capacidade de competir com seus concorrentes na retenção de conhecimento, sendo mais bem sucedido nas etapas posteriores da seleção e eliminação escolar. Mais que sustentar seus filhos financeiramente por mais tempo (prática viabilizada pelo malthusianismo) o ascetismo chega a ser inculcado pelos pais nos filhos, fazendo parte da rotina diária de várias famílias de classe média. Por exemplo, quando essas famílias escolhem pagar uma escola de elite para seus filhos, frequentemente fazem essa escolha com sacrifício, gerando grandes expectativas e mostrando aos filhos, com suas próprias atitudes, a importância de abrir mão do conforto de hoje em favor do amanhã. Assim, a expectativa sobre o sucesso escolar dos filhos e o comportamento asceta dos próprios pais podem contribuir para que a diminuta prole se torne mais "responsável". Quando não são bem sucedidos na escola, esses adolescentes sentem-se culpados pelos sacrifícios dos pais. Para evitar essa situação, recusam-se com mais frequência a ter uma vida social agitada e priorizam sua rotina de estudos ("Vejo como meu pai se esforça para garantir meus estudos. Ele é muito trabalhador. Um exemplo para mim. Tirar boas notas é minha obrigação"). Essa situação ilustra o processo típico de inculcação do ascetismo nas famílias de classe média. Uma vez incorporada, essa disposição passaria a orientar todas as práticas desses adolescentes, com benefícios para sua trajetória escolar. Evidentemente, o ascetismo opera com muito mais eficiência nas situações em que ele é praticado de maneira inconsciente ("Não é por obrigação nem por sentimento de culpa que eu prefiro os estudos às festas. Não é porque meus pais me obriguem. Faço o que faço porque gosto muito de estudar! Eu sou assim. Sempre fui assim").

C. A boa-vontade cultural

Um dia desses, sai para fazer uma das coisas que mais gosto: passear pelo museu de arte moderna. Lá estava exposto o trabalho de um ilustre fulano-de-tal que não poderia ser mais desconhecido para mim. Mesmo não tendo condições de avaliar e realmente compreender o que está sendo exposto naquele lugar, gosto de estar lá. Gosto de levar meus amigos para lá e, entre comentários semi-eruditos, me dar conta de que quase todas as pessoas ali compartilham da minha ignorância artística. A maioria dos frequentadores não conhece artes plásticas além daquilo que se ensina na escola, mas insiste em tentar consumir aqueles produtos culturais mesmo sem ter as condições adequadas para consumi-los de fato. Isso é o que podemos chamar boa-vontade cultural. Situações como essa fazem com que museus de arte moderna funcionem como o apogeu da imposição arbitrária da cultura dominante: Você vai ao museu sem saber realmente o que está em jogo naquelas obras; Você vê, analisa, comenta, gosta e retorna. Se lhe perguntam, você diz se vai ao museu por gosto e não porque haja qualquer tipo de vanta-

gem em frequentá-lo. Porém, se lhe constrange dizer aos seus amigos mais cultos e influentes que você acompanha aquele seriado adolescente da TV a cabo, você logo trata de deixá-los saber que frequenta o museu como se isso aliviasse de algum tipo de sanção que você mesmo não saberia especificar. Em muitos aspectos, as aulas de ciências e matemática (da escola à universidade) são exatamente como um museu de arte moderna: a grande maioria das pessoas ali não está entendendo o que realmente se passa. Nesse grande coletivo, você poderá encontrar uns poucos que gostam de ciências "gratuitamente" e que até parecem saber alguma coisa. Esses são geralmente os alunos que fazem brilhar os olhos do professor. Faz parte do ethos científico a crença de que, para ser um participante legítimo da ciência, você precisa sempre passar por um longo processo educativo em que é preciso conviver docilmente com a própria ignorância. Eu mesmo aprendi a multiplicar matrizes dois ou quatro anos antes de realmente ter condições de entender por que razões é interessante definir a multiplicação de matrizes daquela maneira tão exótica... Daí, quando eu aprendi as razões da multiplicação, eu me surpreendi com o fato de que o desconhecimento dessas razões não foi suficiente para me desencorajar. Se me perguntassem por que eu estudava com tanta obstinação, eu diria com sinceridade que "estudo porque gosto".

D. Superaprendizagem: O aluno acima da média

Mais cedo ou mais tarde, os adolescentes vão se dando conta de que o sistema educacional é todo um funil e que a meritocracia preconizada pelos agentes do sistema (professores e gestores públicos) significa eliminar os "menos aptos" mais cedo ou mais tarde. É como se o sistema educacional, em seu conjunto, não tivesse evoluído para um estágio em que a educação seja mesmo direito de todos. Em realidade, saímos de uma situação em que a eliminação era praticada cedo e de maneira clara para uma situação em que a eliminação é tardia e dissimulada pela preocupação (raramente genuína) dos professores e gestores com problemas sociais. Na medida em que vamos nos dando conta da miséria do sistema educacional, se desejamos manter o projeto familiar pequeno-burguês de ascensão social por meio da escola, precisamos nos antecipar à eliminação. Podemos chamar superaprendizagem uma estratégia praticada pelos estudantes universitários que mais agressivamente investem no mercado escolar. Essa estratégia consiste de estudar muito além da média. A maioria dos alunos têm o dia da prova em seu horizonte, lançam mão de atalhos, mnemônicos e estratégias de aprendizagem que não favorecem um aprendizado duradouro. Os mais dedicados resolvem a lista de exercícios, dando bastante importância para as dicas dos veteranos sobre o estilo de avaliação daquele professor ("Se concentre nessas três questões aqui! O resto não cai na prova"). A superaprendizagem pode ser considerada um tipo de disposição à competição que emerge especificamente em

estratégias de investimento escolar obstinado. O superaprendiz se comporta como se soubesse que o sistema educacional, mais cedo ou mais tarde, seleciona e elimina. Portanto, para aumentar suas chances de sucesso, ele identifica primeiro o grau de estudo e esforço que, em média, parece ser exigido por cada professor. Sua meta pessoal é sempre mais elevada que essa média. Ele não faz somente todos os exercícios da lista e evita ao máximo consultar os exercícios resolvidos. Ele também evita memorizar informações que não sejam úteis em uma ampla gama de questões. Por exemplo, memorizar a solução da questão mais difícil está sempre fora de cogitação. Ao contrário do que o arquétipo possa sugerir, o bom superaprendiz é (ou tenta ser) bem relacionado. Sempre que possível, ele estuda junto com seus colegas com o propósito de revisar e aprender mais. Evidentemente, ele aproveita para saber se seu aprendizado está realmente acima da média. Ele não toma atalhos, nem prefere os professores de avaliação mais fácil. Para o superaprendiz, não faz muita diferença se a prova é adiada em uma semana - afinal, ele não estuda para esquecer tudo no dia seguinte. Para ele, não importa quais questões aquele professor valoriza mais. Seu objetivo é ser aprovado em outros processos seletivos (um mestrado ou uma seleção profissional, por exemplo) para os quais a informação sobre o estilo da prova geralmente não está disponível de antemão.

III. COMO LIDAR COM DIFERENÇAS SOCIAIS NO ENSINO DE FÍSICA?

Até o presente momento, enfatizou-se aqui o papel ativo e diferenciado das famílias na busca por garantir o maior número de privilégios possíveis por meio da escolarização de seus filhos. Contudo, o sistema de ensino é tão importante quanto as próprias famílias e também merece alguma atenção especial.

A. Contra a meritocracia universalista

Dentre as diversas opiniões sobre o que seria uma escola justa, há quem defenda explicitamente um ideal de meritocracia universalista. Nessa perspectiva, um sistema escolar justo seria capaz de oferecer a mesma educação e a mesma avaliação a todos os alunos, proporcionando, portanto, que todos tenham oportunidades de sucesso segundo seu mérito individual. O que a análise educacional tem mostrado desde a década de 1970 é que a meritocracia universalista é irrealizável, senão autocontraditória, em uma sociedade com diferenças sociais expressivas e que nenhuma mudança no sistema de ensino será capaz de resolver, sozinha, a questão das desigualdades sociais. Assim, é justamente por tentar tratar com igualdade pessoas diferentes que o sistema escolar contribui para a reprodução das diferenças de classe. A classificação escolar é tão vital à rotina e propósito atual do sistema de ensino

que fica muito difícil imaginarmos-nos professores sem essas práticas. Quando um professor atribui notas aos seus alunos, ele não está simplesmente quantificando o que cada um sabe do conteúdo ensinado. Goste disso ou não, esse professor está operando uma classificação: atribuir notas é como colocar todos os alunos em uma escala que distingue os mais bem sucedidos dos mais mal sucedidos. Indignados com essa condição, vários professores e escolas inteiras tentam evitar a classificação, abolindo as notas numéricas e adotando conceitos ou avaliações por competências. Em outras palavras, adotam ferramentas de avaliação que não fazem mais que dissimular a classificação. A popularização de diversas formas de crítica social tem ampliado o sentimento de que o insucesso dos mais pobres na escola e na universidade representa uma injustiça que precisa ser corrigida. Contudo, quando estamos em sala de aula, é como se essas questões fossem todas postas em suspenso. Quem acharia razoável que um professor levasse em consideração a origem social de seus estudantes em uma avaliação de cinemática?! Frequentemente, políticas como a de cotas ou a distribuição de "bônus" nas avaliações dos concorrentes mais pobres são consideradas um absurdo, uma ofensa ao ethos escolar. A única coisa que nos parece justa no chão da sala de aula é ignorar todas as diferenças sociais e avaliar os alunos exclusivamente por aquilo que eles demonstram saber. Alguns professores mais sensíveis certamente já se sentiram impotentes diante desta situação: identificam que alguns dos seus alunos de baixo desempenho chegam a ser esforçados, mas estão sendo prejudicados por seu passado escolar pouco privilegiado. O que fazer com respeito a esses alunos? Considere dois estudantes que fecharam o semestre com notas baixas, mas iguais de maneira que as duas poderiam ser arredondadas para a nota mínima necessária à aprovação na disciplina. Contudo, o primeiro desses alunos é de família pequeno-burguesa enquanto o segundo é filho de operários. Com que palavras você explicaria a eles que, por sua decisão, o filho de operários será aprovado enquanto o pequeno-burguês será retido?! Tentará explicar ao pequeno-burguês que o filho de operários teve menos oportunidades durante sua vida e que sua aprovação nesta cadeira representa um movimento contrário a todas as reprovações e exclusões que esse aluno sofreu ao longo de sua trajetória? Claro que não! Em situações como essa, mesmo quando chegamos a saber e perceber o papel das diferenças sociais no desempenho dos nossos alunos, geralmente fazemos o que todos os professores fazem: ignoramos as diferenças e aplicamos a mesma avaliação para todos! Qualquer prática que fuja muito disso, fere o ideal da meritocracia universalista que, mesmo não tendo a anuência verbal de todos os profissionais da educação, é inevitavelmente confirmada pela prática sempre que aplicamos uma avaliação de conhecimentos ou todas as vezes em que, em sala de aula, sorrimos mais para o aluno que diz a resposta correta. Assim, chegamos à condição de reconhecer a principal contribuição do sistema educacional à reprodução social: dissimulando o fato de que os vencedores da cor-

rida escolar são mais ou menos determinados antes de a corrida começar, a escola contribui para que as diferenças de classe sejam consideradas mais legítimas pelo conjunto da sociedade. Por exemplo, de médicos, engenheiros e advogados ricos e bem sucedidos dizemos: "Eles mereceram! Estudaram, esforçaram-se e conquistaram por suas próprias forças tudo aquilo que têm hoje!" No entanto, o que uma análise sociológica revelaria é que são principalmente essas trajetórias mais privilegiadas que demandam uma ampla mobilização de recursos econômicos e culturais por toda a família - além, é claro, de muito esforço por parte desses alunos. Seria mais correto dizer das carreiras profissionais mais ilustres que, justamente nelas, o mérito individual não é o elemento mais decisivo.

B. Avaliações unificadas

Devido à popularização do pensamento crítico, observamos um número enorme de políticas e propostas educacionais buscando se justificar por algum tipo de contribuição ao bem-estar social. Dentre tudo o que tem acontecido hoje em dia, a política que mais obviamente não tem implicações positivas para o conjunto da classe popular é a unificação das avaliações. Países capitalistas centrais (eg., Estados Unidos e França) já unificaram suas avaliações para o ingresso no ensino superior. Podemos dizer até que a unificação e padronização do ensino e da avaliação é uma tendência internacional. Mas o que se ganha com esse tipo de unificação? Bem, ganha-se controle. Em princípio, a aplicação de uma prova nacional poderia funcionar como uma ferramenta de gestão e diagnóstico do sistema de ensino. As escolas e regiões poderiam ser monitoradas regularmente e a alocação de recursos (humanos e financeiros) poderia ser feita de maneira mais estratégica. Tomando esse propósito como ponto de partida, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi desenhado também para encarnar os ideais de interdisciplinaridade e contextualização que, preconizados nos documentos curriculares nacionais, não conseguiam vencer a barreira dos tradicionalismos universitários e não chegavam completamente à maioria dos vestibulares do sistema federal. O passo seguinte (que ainda está sendo dado) é substituir completamente os vestibulares das universidades pela nota no ENEM - que já vinha sendo utilizada para atribuir diplomas de ensino médio e bolsas de estudo para estudantes carentes em universidades particulares (ProUni). Como todas essas transformações, o nosso ENEM tornou-se uma poderosa ferramenta de controle do Estado sobre as práticas curriculares de sala de aula ("se não cai no ENEM, não precisa ser ensinado"). Além disso, a decisão por abordar as ciências em uma prova integrada aumenta a pressão para que os professores de ciências do ensino médio deixem de ser Biólogos, Químicos e Físicos, passando a ser generalistas que, em nome de uma compreensão equivocada do ideal de interdisciplinaridade [2], terão uma formação rasa em cada uma das ciências (vide, por exemplo, o currículo da licen-

ciatura em ciências da natureza recentemente criada pela UnB). Documentos oficiais (eg., diretrizes e parâmetros curriculares nacionais) são muito mais fáceis de ignorar, mas a pressão das famílias emergentes para aumentar as chances de sucesso de seus filhos no ensino superior é quase irresistível. Essa pressão, diga-se de passagem, já existia. Em cada região, as universidades públicas mantinham, por meio de seus vestibulares, controle relativo sobre o que se ensina nas mais prestigiadas escolas da vizinhança, que, por sua vez, servem de referência às outras - o problema é que esse controle se dava em favor de visões bastante tradicionais e conteudistas. A criação de uma prova nacional no formato atualmente dado ao ENEM centraliza, em um só instrumento, o controle dos currículos em todas as regiões do país. Em vista do modelo de prova adotado originalmente pelo ENEM ser um pouco mais "arejado" (orientado à interdisciplinaridade e à contextualização), há quem veja essa universalização com bons olhos. Contudo, governos vão e vem enquanto o Estado e seus mecanismos de controle permanecem. Até quem está politicamente alinhado com o modelo de prova adotado atualmente deveria desconfiar um pouco do que será feito dele no futuro. Ao lado de tudo isso, o mais surpreendente é que o ENEM-SiSU seja justificado como uma política de inclusão social. Ai sim temos um absurdo. Bem, já vimos que o sistema educacional pode ser modelado como um mercado e que, a menos do fato de nele circular um tipo muito diferente de capital (chamado capital cultural), o mercado escolar está sujeito a diversos fenômenos muito semelhantes aos que conhecemos da economia (como a inflação, por exemplo). Nesse sentido, unificar um processo de avaliação em todo o país seria equivalente à abertura do mercado à livre concorrência. Afinal, com uma prova nacional, paulistas, mineiros, baianos e gaúchos serão todos posicionados sobre a mesma escala de (in)competência. Enquanto nós ainda acreditarmos no paradigma da meritocracia universalista, não veremos nenhum problema nisso. Contudo, se já desenvolvemos nosso pensamento crítico, perceberemos um problema crucial. O que o processo histórico ensina sobre o que tipicamente acontece quando são derrubadas as barreiras comerciais? As empresas maiores tomam o espaço das menores com tendências ao monopólio. Em termos de economias nacionais (vide, por exemplo, o caso recente da Europa), observamos que as nações menos capitalizadas entram em crise aguda (eg., Grécia, Portugal e Espanha) enquanto as potências econômicas mais sólidas se impõem sobre as outras (eg. Alemanha). Por que razões deveríamos esperar que uma prova nacional favorecesse o acesso das pessoas mais pobres à universidade? É muito mais razoável esperar que os nativos das regiões onde o mercado escolar está mais desenvolvido (e, até mesmo, saturado) dominem sobre as outras. De fato, não surpreendeu a notícia de mais da metade dos ingressantes em medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul via SiSU viessem justamente do estado de São Paulo. Não são pobres paulistanos. São herdeiros da acumulação capitalista de suas famílias (acumulação

tanto econômica quanto cultural) e que competem em desigualdade com os gaúchos da região. Isto é o que podemos esperar da abertura de qualquer tipo de mercado: acirramento da competição e eliminação do mais fraco. O mais impressionante é que essa mesma política de unificação de avaliações tem surgido dentro das próprias universidades nas chamadas disciplinas unificadas (Cálculo, Física Básica, Introdução à Economia). São disciplinas de muitas turmas que adotam uma avaliação unificada com o propósito oficial de contribuir para reduzir a reprovação e, quem sabe, proporcionar uma formação de maior qualidade para seus alunos. Mais uma vez, o que se ganha com esse tipo de prática educacional? Em primeiro lugar, os gestores das disciplinas ganham controle sobre o trabalho de seus colegas - passam a determinar o quê e quando ensinar. Em segundo lugar, visto que a universidade respira e transpira o ethos da meritocracia universalista, a unificação das disciplinas tende a ser valorizada como uma prática de padronização, garantindo que todos tenham o mesmo ensino e a mesma avaliação. Como podemos perceber, é precisamente aí que mora o perigo! Dando o mesmo ensino e as mesmas provas a todos, contribuimos justamente para reproduzir diferenças sociais que vêm de fora. Práticas como essa equivalem a estabelecer a mesma linha de chegada para corredores com pontos de partida muito diferentes. Para quem observa o final da corrida, ignorando as origens dos corredores, tudo parecerá muito justo e baseado em mérito. A única expectativa razoável que poderíamos ter das disciplinas unificadas seria a eliminação mais imediata e legitimizada dos mais fracos.

C. Avaliações facilitadas

Certo dia eu estava conversando com uma colega de trabalho que disse tornar mais fáceis suas provas por se considerar uma pessoa muito preocupada com questões sociais. De fato, existe uma confusão enorme aí. Há quem aplique provas mais fáceis (ou não aplique prova nenhuma) justamente por compreender que a falta de competência escolar decorre sempre, em parte, de outros tipos de privação que não deveriam ser participar da avaliação escolar (a pobreza econômica e cultural dos pais, por exemplo). Todavia, esse mal-entendido precisa ser desfeito rapidamente. Em síntese, facilitar a avaliação não é solução. Seguindo uma linha de crítica social muito próxima a esta que eu estou desenvolvendo aqui, professores em diversas partes do sistema educacional (no município de Porto Alegre, por exemplo), chegaram ao entendimento de que o ensino organizado por séries precisava ser substituído por uma alternativa que não deixasse os alunos retidos por tanto tempo. Eles observavam que as reprovações recorrentes no sistema seriado eram demoralizantes e prejudiciais para a motivação dos alunos e professores. Entre as alternativas mais popularmente adotadas pelo país, encontram-se o ensino por ciclos e a progressão automática. É importante destacar que,

em muitas unidades da federação onde o sistema seriado foi mantido, instituiu-se um conjunto de obstáculos burocráticos para que o professor não consiga reprovar seus alunos ("Para aprová-los não preciso fazer nada. Para reprovar alguém tenho que montar um dossiê de 20 a 30 páginas por aluno que será avaliado e provavelmente recusado pela regional. Tenho 240 alunos no total e 38 horas por semana em sala de aula. Faça as contas! Acredito que pouco mais da metade desses alunos estaria realmente apta a seguir para a próxima série... O que eu posso fazer? Aprovo todos! Duvido muito que toda essa burocracia contra reprovação não seja intencional"). Ainda que muito diferentes, todas essas políticas têm o mesmo problema em seu horizonte: reduzir a retenção escolar e a distorção idade-série. De fato, os alunos começaram a progredir e, satisfeitos, alguns professores passaram a perceber vantagens no novo tipo de organização curricular. Afinal, um número expressivamente maior de alunos estaria concluindo o ensino fundamental dentro do tempo previsto e dentro das suas capacidades. Por outro lado, uma análise mais crítica observaria a ocorrência de eliminação adiada [3]. No modelo anterior, mais tradicional, os alunos eram reprovados recorrentemente por avaliações rígidas e, mais cedo ou mais tarde, abandonavam a escola. No entanto, quando a sensibilidade dos professores pelas condições de vida dos alunos aumenta e, por uma mistura de culpa, compaixão, consciência social e pressão institucional, esses professores tornam a avaliação mais fácil, a eliminação dos alunos é adiada (mas não deixa de ocorrer em algum momento futuro). Como é possível perceber, esse processo está intimamente rela-

cionado com a inflação dos títulos: muitas pessoas têm certificados escolares, mas esses certificados já não significam muito.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola está repleta de acontecimentos que não se explicam por razões puramente econômicas. Embora os alunos mais bem sucedidos em ciências sejam também aqueles com maior probabilidade de ascender às profissões mais prestigiadas [4], é muito difícil argumentar que todos os alunos mais estudiosos estão sendo motivados por melhores salários e condições de trabalho na vida adulta. Em grande parte, as estratégias de investimento no mercado escolar são realizadas de maneira inconsciente pelos alunos e familiares e, justamente por isso, são ferramentas poderosas de reprodução social. Como as questões das minorias sociais estão em alta e, ao mesmo tempo, costumam ser mal compreendidas, é muito usual que gestores públicos evoquem valores como o da qualidade social do ensino para justificar quaisquer práticas que, segundo seus propósitos, serão mais interessantes para o sistema. A análise sociológica também cumpre o papel de colocar as ações desses atores sob vigilância crítica e produtiva tendo em vista fazer avançar o sistema educacional. Como foi possível perceber, nem a unificação nem a facilitação das avaliações podem ser consideradas alternativas interessantes.

[1] Pierre Bourdieu, *Rev. Fra. de Soc.* 15, 1 (1974) p. 3-42.

[2] Erika Regina Mozena e Fernanda Ostermann, *Rev. Bras. de Ens. de Fis.* 36, 1403 (2014).

[3] Luiz Carlos de Freitas, *Pro-Posições* 16, 3 (2005) p. 111-144.

[4] Claussen and Jonathan Osborne, *Sci. Educ.* 97, 1 (2013) p. 58-79.